



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUE 1595/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor que apresente, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a indicação anexa.

Belo Horizonte, 14 de junho de 2023.

Vereadora Cida Falabella

Vereadora Iza Lourença

51L 3665

Vereador Pedro Patrus

Ao Senhor

Vereador Gilson Guimarães

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor

CHBH_DIREG-19/jun/23-14:50:43-003436-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

Proposição originária de decisão
da comissão relativa ao(a)

Requerimento de Comissão

nº 1595 / 2023

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada à Sr.^a Rosilene Rocha, Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, sugerindo o que se segue:

A Prefeitura de Belo Horizonte inaugurou no dia 12 de dezembro a primeira Casa de Acolhimento LGBT da cidade. Com capacidade para acolher até 20 pessoas, a iniciativa é inédita no país e faz parte das comemorações dos 125 anos da capital mineira.

A Casa é um serviço na modalidade abrigo institucional destinado ao acolhimento de pessoas LGBT maiores de 18 anos completos, incluindo idosos com idade igual ou maiores de 60 anos, em trajetória de vida nas ruas e em situação de risco pessoal e social e que não tenha moradia, prioritariamente em situação de pobreza e/ou pobreza extrema e com rompimento ou fragilidade dos vínculos familiares e comunitários decorrentes da vivência de violência física, verbal e/ou psicológica e discriminação e violação de direitos em consequência da LGBTfobia.

O objetivo é possibilitar o fortalecimento bem como reconstrução de vínculos para retorno ao convívio familiar/comunitário, quando possível, ou a construção e alcance de sua autonomia. As vagas disponíveis são preenchidas por meio do encaminhamento das equipes, em especial do Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte, a partir de uma avaliação técnica que contemplará os riscos e vulnerabilidades apresentados e comprovados documentalmente no momento do atendimento.

O tempo de acolhimento vai variar de acordo com as circunstâncias fáticas em torno de cada pessoa, podendo ser de alguns dias ou até por três meses. Nesse período, a pessoa acolhida é acompanhada de perto por profissionais da Psicologia, da Assistência Social, Nutrição, dentre outras. O acompanhamento próximo é um



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

desafio enfrentado pelos profissionais da Casa, considerando o contexto de violência do qual a pessoa acolhida foi deslocada. Portanto, iniciativas de empoderamento, socialização e fortalecimento de laços afetivos são estimuladas em cada contexto visando justamente viabilizar a autonomia social, financeira e psíquica das pessoas que por lá passam.

Em visita-técnica realizada pelos mandatos das vereadoras Iza Lourença, Cida Falabella e do vereador Pedro Patrus, em 23/05/2023 às 14hrs, foi constatado que o local possui estrutura física semelhante a de uma residência com ambiente acolhedor, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. A equipe técnica da unidade estabelece articulação com a rede socioassistencial, assim como com as demais secretarias municipais e aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos com o objetivo de incentivar o acesso à cidade e as diversas políticas públicas setoriais, o que precisa ser melhor acompanhado pela institucionalidade e pela sociedade civil organizada.

Ademais, a visita constatou que apenas 11 pessoas foram acolhidas até o momento e que, atualmente, conta com 4 pessoas dentre as 20 vagas disponíveis. Mister aprofundar o debate das razões pelas quais o número de pessoas em situação de acolhimento é tão baixo, bem como pensar quais as saídas para garantir que mais LGBTQIA+ acessem essa política pública.

Como encaminhamento da visita-técnica acima mencionada, considerando todo o exposto acima, com vistas à garantia de direitos fundamentais da comunidade LGBTQIAP+, especialmente considerando aquelas/us/es em situação de vulnerabilidade social e a devida prestação de serviço de acolhimento pelo Poder Público Municipal, **INDICA-SE** à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Sr.^a Rosilene Rocha, o seguinte:

1. que seja criado um grupo de trabalho intersetorial, com ampla representatividade da sociedade civil organizada, incluindo também a Prefeitura de Belo Horizonte, a Câmara Municipal, além de representante das funções essenciais à justiça previstas no art. 133 da Constituição Federal de 1988 com foco no acompanhamento da prestação de serviços oferecidos pela Casa de Acolhimento LGBT da cidade a fim acompanhar e diagnosticar



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

as condições de aprimoramento dessa política pública pelas razões acima expostas.

Belo Horizonte, 14 de junho de 2023.

Cida Falabella

Vereadora Cida Falabella

Iza Lourença

Vereadora Iza Lourença

Pedro Patrus

Vereador Pedro Patrus

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

19 / 06 / 2023

Jahyer 737
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **1596/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor que apresente, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a indicação anexa.

Belo Horizonte, 14 de junho de 2023.

Vereadora Cida Falabella

Vereadora Iza Lourença

Vereador Pedro Patrus

Ao Senhor

Vereador Gilson Guimarães

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor

51L366

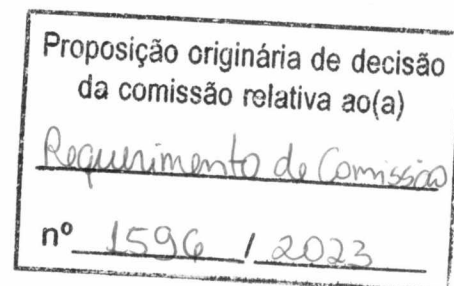
CHEH_DIRLEC-19/Jun/23-14:50:57-003437-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,



Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada ao Ilmo. Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, sugerindo o que se segue:

A Prefeitura de Belo Horizonte inaugurou no dia 12 de dezembro a primeira Casa de Acolhimento LGBT da cidade. Com capacidade para acolher até 20 pessoas, a iniciativa é inédita no país e faz parte das comemorações dos 125 anos da capital mineira.

A Casa é um serviço na modalidade abrigo institucional destinado ao acolhimento de pessoas LGBT maiores de 18 anos completos, incluindo idosos com idade igual ou maiores de 60 anos, em trajetória de vida nas ruas e em situação de risco pessoal e social e que não tenha moradia, prioritariamente em situação de pobreza e/ou pobreza extrema e com rompimento ou fragilidade dos vínculos familiares e comunitários decorrentes da vivência de violência física, verbal e/ou psicológica e discriminação e violação de direitos em consequência da LGBTfobia.

O objetivo é possibilitar o fortalecimento bem como reconstrução de vínculos para retorno ao convívio familiar/comunitário, quando possível, ou a construção e alcance de sua autonomia. As vagas disponíveis são preenchidas por meio do encaminhamento das equipes, em especial do Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte, a partir de uma avaliação técnica que contemplará os riscos e vulnerabilidades apresentados e comprovados documentalmente no momento do atendimento.

O tempo de acolhimento vai variar de acordo com as circunstâncias fáticas em torno de cada pessoa, podendo ser de alguns dias ou até por três meses.

Em visita-técnica realizada pelos mandatos das vereadoras Iza Lourença, Cida Falabella e do vereador Pedro Patrus, em 23/05/2023 às 14hrs, foi constatado que apenas 11 pessoas foram acolhidas até o momento e que, atualmente, conta



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

com 4 pessoas dentre as 20 vagas disponíveis. Mister aprofundar o debate das razões pelas quais o número de pessoas em situação de acolhimento é tão baixo, bem como pensar quais as saídas para garantir que mais LGBTQIA+ acessem essa política pública.

Apesar da existência da Casa de Acolhimento ser indispensável para a comunidade local, notou-se que a ausência de casa de passagem, com instalações para suporte temporário, como cozinhas coletivas, refeitórios com refeições diárias, banheiros instalados com chuveiros e privadas, causa muitos danos e mantém uma grande parte da população-alvo sem a devida prestação de suporte e cidadania. Muitas vezes, pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade não se enquadram no serviço de acolhimento por precisarem de suportes pontuais que, com uma Casa de Passagem LGBTQIA+ bem estruturada em eixos de alimentação, dignidade, direcionamento e empregabilidade, seriam contemplados.

Como encaminhamento da visita-técnica acima mencionada, considerando todo o exposto acima, com vistas à garantia de direitos fundamentais da comunidade LGBTQIA+, especialmente considerando aquelas/us/es em situação de vulnerabilidade social e a devida prestação de serviço de suporte para a população LGBTQIA+ pelo Poder Público Municipal, **INDICA-SE** ao Ilmo. Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman, o seguinte:

1. que seja criada uma Casa de Passagem para a população LGBTQIA+ com a possibilidade de permanência exclusivamente para a realização diária de refeições, com a possibilidade de cozinha aberta para uso coletivo, com parceria do banco de alimentos da Prefeitura, e de necessidades básicas, como banheiros equipados para todas as funcionalidades.

Belo Horizonte, 14 de junho de 2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cida Falabella

Vereadora Cida Falabella

Iza Lourença

Vereadora Iza Lourença

Pedro Patrus

Vereador Pedro Patrus

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
19 / 06 / 2023

[Assinatura]
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DA VEREADORA JANAINA CARDOSO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, HABITAÇÃO, IGUALDADE RACIAL E DEFESA DO CONSUMIDOR

PARECER EM PRIMEIRO TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 467/2023

1 RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 467/2023, de autoria do nobre Vereador Irlan Melo, que “Dispõe sobre o funcionamento de estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviço no Município.”, vem a esta Comissão, para análise e parecer em 1º turno.

A Comissão de Legislação e Justiça concluiu pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 467/2023.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto, nos termos do art. 52, VIII, “j”, do Regimento Interno desta Casa, matéria referente à defesa do consumidor

2 FUNDAMENTAÇÃO

A propositura 467/2023 pretende dispor sobre o funcionamento de estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviço no Município.

Passo a análise:

A referida medida legislativa visa o funcionamento de estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviço em nossa capital em qualquer horário ou dia da semana, inclusive feriados, resguardando-se os direitos dos trabalhadores previstos em Lei Federal.

Compete a Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor analisar matéria referente à defesa do consumidor.

A matéria de fundo veiculada proporcionará maior flexibilidade aos consumidores para efetuar compras ou adquirir serviços e favorecendo a economia da cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DA VEREADORA JANAINA CARDOSO

A propositura está de acordo com o Código de Defesa do Consumidor , Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e não desrespeita a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

No âmbito da Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor o Projeto 467/2023 encontra-se em consonância com artigo 52, inciso VIII, alínea "j" do Regimento Interno, não havendo óbices à sua aprovação.

3 CONCLUSÃO:

Diante do exposto, concluo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 467/2023.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2023.


Vereadora Janaina Cardoso
Relatora



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 570/2023

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, HABITAÇÃO, IGUALDADE RACIAL E DEFESA DO CONSUMIDOR

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 570/2023, de autoria do nobre vereador Bruno Miranda, que “Institui o Selo “Escolas Mais Seguras” para certificar as instituições de ensino que adotarem plano de evacuação, realização de palestras e treinamentos em casos de incêndios, danos estruturais e demais emergências em suas instalações.”, foi recebido e distribuído às Comissões em 20/04/2023, conforme determina o art. 52 do Regimento Interno (fl. 13).

O Projeto foi instruído com toda a legislação correlata, conforme consta em seus autos (fls 4 a 12).

A Comissão de Legislação e Justiça manifestou-se pela sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, com apresentação de emenda (fls. 16 a 22).

Em seguida passou à análise da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo que manifestou pela sua aprovação (fls. 25 a 30).

Seguindo sua regular tramitação foi encaminhado a esta Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor para análise de mérito de acordo com que determina o art. 52, VIII, especificamente no que dispõe a alínea “d) *segurança pública*,”.

Designado relator pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor nos termos Regimentais para emitir Parecer sobre o Projeto, passo a fundamentar meu parecer e voto.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 19/06/23
HORA: 12:58



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em análise visa *"Instituir o Selo "Escolas Mais Seguras" para certificar as instituições de ensino que adotarem plano de evacuação, realização de palestras e treinamentos em casos de incêndios, danos estruturais e demais emergências em suas instalações em âmbito municipal."*

A proposição visa incentivar as instituições de ensino a adotarem plano de evacuação através da criação do "Selo Escolas Mais Seguras", que poderá ser utilizado para divulgação de marcas e produtos dos estabelecimentos detentores do selo, mediante atendimento de critérios específicos a serem definidos em Decreto que regule a Lei.

Nesse sentido a Proposição em comento inova ao trazer uma forma de incentivo, somando e complementando a legislação municipal existe quais sejam:

- A Lei nº 4.213, de 7 de novembro de 1985, que *"Autoriza a criação de uma comissão encarregada da orientação escolar na prevenção e combate a incêndios e acidentes em geral."* tem por finalidade conscientizar e orientar os alunos da rede escolar sobre todos os aspectos e técnicas, na prevenção de incêndios, bem como acidentes domésticos, primeiros socorros, orientação no trânsito, vícios e tudo mais que diz respeito a melhor formação da criança.

- A Lei nº 8.517, de 11 de abril de 2003, que *"Cria Programa de Prevenção de Acidentes nas instituições municipais de ensino."* através da criação do Programa Permanente de Prevenção de Acidentes, por meio de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar – CIPAVE, cujos objetivos são: observar as condições e situações de risco de acidente e violência no ambiente escolar e arredores da escola; solicitar e sugerir medidas para reduzir e eliminar os riscos e para prevenir a repetição de evento semelhante; discutir acidente e violência ocorridos.

- Lei nº 9.422, de 1º de agosto de 2007, que *"Institui o Programa Interdisciplinar de Participação Comunitária para Prevenção e Combate à Violência nas escolas da rede pública de ensino do Município."* com os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

seguintes objetivos: formar grupos de trabalho vinculados aos colegiados de escolas para atuar na prevenção da violência nas escolas, analisar as causas dessa violência e apontar possíveis soluções; desenvolver ações educativas e de valorização da vida dirigidas à criança, ao adolescente e à comunidade; implementar ações voltadas ao combate à violência na escola, visando a garantir o exercício pleno da cidadania e o reconhecimento dos direitos humanos; desenvolver ações que fortaleçam o vínculo entre a comunidade e a escola; garantir a formação dos integrantes do grupo de trabalho, incluindo-se o corpo docente, os servidores operacionais da rede de ensino e os membros da comunidade, visando a prepará-los para a prevenção da violência na escola.

- A Lei nº 10.724, de 28 de janeiro de 2014, que "*Institui a Política Municipal de Estímulo à Prevenção e ao Combate a Incêndios, e dá outras providências.*" através da realização de campanhas educativas e esclarecimento, tendo como um dos públicos-alvo os alunos de estabelecimento de ensino e como diretrizes a busca pela unificação das ações do poder público relacionadas à prevenção e ao combate a incêndios; a educação dos cidadãos sobre a importância das medidas de prevenção e combate a incêndios e dos meios disponíveis para a realização desse trabalho; a conscientização de consumidores e empresas a respeito da legislação e das normas relativas à prevenção e ao combate a incêndios; o incentivo e a divulgação de boas iniciativas relacionadas à prevenção e ao combate a incêndios no Município; o fortalecimento de ações de fiscalização das condições das edificações no que se refere ao atendimento das normas de prevenção e combate a incêndios; o estabelecimento de parcerias com outros órgãos da administração pública e da iniciativa privada para o fortalecimento da capacidade de ação do poder público municipal nos assuntos relativos à prevenção e ao combate a incêndios.

Apesar de termos vasta regulamentação do tema por Leis já existentes em nosso ordenamento municipal, podemos perceber também a inércia das instituições de ensino em colocá-las em prática. Acreditamos que com o incentivo que traz este Projeto de Lei estes estabelecimentos terão um maior interesse em implantar as ações previstas. Ademais o Projeto em Tela inova ao



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

trazer entre as ações propostas, a implantação específica de plano de evacuação, indicando ainda atribuições à Defesa Civil e à Guarda Municipal no sentido de cooperar com o desenvolvimento do que está sendo proposto e prevê a celebração de convênio com o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Militar do Estado de Minas gerais para subsidiarem a consecução dos objetivos previsto na Lei.

Sendo assim, no que diz respeito ao mérito do projeto dentro das competências desta Comissão, não vislumbramos nenhum óbice a sua tramitação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei 570/2023.

CESAR	Assinado de forma
AUGUSTO	digital por CESAR
CUNHA	AUGUSTO CUNHA
DIAS:014499476	DIAS:01449947638
38	Dados: 2023.06.19
	12:57:09 -03'00'

VEREADOR CÉSAR GORDIN
Relator

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 19/06/2023 15:59:51 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Parecer em I turno Projeto de Lei 578-23 - Direitos Humanos - Ass.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 0d689bde9b3ce8cc7bc5895c9c8d77278e031a233e2314a5881fb20787521e00
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=CESAR AUGUSTO CUNHA DIAS:***499476**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=38038006000120, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 19/06/2023 15:57:09 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RESPOSTAS EM PAUTA

18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, HABITAÇÃO, IGUALDADE RACIAL E DEFESA DO CONSUMIDOR

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.